

- XLVII -**PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
TENSIONAMENTO ENTRE
RACIONALIDADES/INTENCIONALIDADES****Adaires Rodrigues de Sousa**Undime-TO, Brasil
avidaetudodebom@hotmail.com**Rosilene Lagares**Universidade Federal do Tocantins, Brasil
roselagares@uft.edu.br**Meire Lúcia Andrade da Silva**Universidade Federal do Tocantins, Brasil
melucia26@hotmail.com**Introdução do problema**

Com o objetivo de abordar racionalidades/intencionalidades no campo do planejamento da educação no Brasil, com suas racionalidades e seus conceitos, percorrendo o processo histórico de organização/institucionalização da educação (LAGARES, 2007), apresentamos aqui, resultados de pesquisa de cunho teórico-bibliográfico¹ (SOUSA, 2015).

Por meio de um conjunto ordenado de procedimentos atentos ao nosso objeto de estudo, e, por isso, não sendo aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38), apreendemos conceitualmente dois campos de racionalidades/intencionalidades no planejamento que ganham mais força no campo da educação brasileira em sua história, enfatizando os escritos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), podendo ser descritas como: a) conservadoras, por promover, sobretudo a perpetuação de dominação de uns para com outros; e b) transformadoras, sendo aquelas que se voltam ao comprometimento social, no sentido de promover mudanças estruturais e, em especial, voltadas para um objetivo comum. Para a sistematização desses dois campos de intencionalidades, o caminho percorrido direcionou-se pela intenção de visualizar e refletir a temática com base em aspectos históricos e sociais, empregando reflexões críticas bem como as relações em disputa presentes nos conflitos que perpassam

¹ Pesquisa desenvolvida no Subgrupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da Universidade Federal do Tocantins (EpeEM), vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Políticas Curriculares e Educativas (Nepce); e no Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE), vinculado a Anpae-Diretoria Estado do Tocantins.

a história do planejamento da educação no Brasil, sendo, no histórico debate entre os defensores da educação pública e os promotores da educação privada (SANDER, 2005); entre classes sociais e relações sociais capitalistas (DOURADO, 2010); e, também, entre políticas de governo e demandas da sociedade (FONSECA, 2013).

Planejamento no campo da educação: considerações iniciais

De um modo geral, compreendemos o planejamento como ação que expressa racionalidade, sendo, portanto, no campo da educação, um conjunto de ações “implementadas segundo planos previamente traçados que, a partir do diagnóstico das necessidades, estabeleçam metas e prevejam os meios, aí incluídos os recursos financeiros através dos quais as metas serão atingidas.” (SAVIANI, 1999, p. 130). Entretanto, na educação brasileira, historicamente, seu planejamento e os planos expressam diferentes tipos de racionalidades/intencionalidades:

- a) “[...] no período de 1932 a 1962, descontados os diferentes matizes, o plano era entendido, grosso modo, como um instrumento de introdução da racionalidade científica” (SAVIANI, 1999, p. 128);
- b) “[...] no período seguinte que se estende até 1985, a ideia de plano se converte num instrumento de racionalidade tecnocrática consoante à concepção tecnicista de educação.” (SAVIANI, 1999, p. 128-9);
- c) nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, o planejamento sustenta-se pela racionalidade financeira da educação: “Deve-se notar que o plano agora apresentado pelo MEC explicitamente se reporta ao Plano Decenal de Educação para Todos, colocando-se, portanto, como sua continuidade. [...] dado o empenho em reorganizar a educação sob a égide da redução de custos traduzida na busca da eficiência sem novos investimentos, essa proposta se revela um instrumento de introdução da racionalidade financeira na educação.” (SAVIANI, 1999, p. 130);
- d) no final dos anos 1990, continua a tensão entre a racionalidade financeira e a racionalidade social na educação, estando a última no “empenho em se guiar pelo princípio da “qualidade social” (SAVIANI, 1999, p. 130).

Esses elementos e intencionalidades no processo histórico de organização/institucionalização da educação no Brasil podem ser descritos considerando: i) O planejamento educacional no Brasil como um ideário do século XX, contemplando aqui as disputas entre teses socialistas e teses liberais; ii) O período entre os anos 1950 e a ditadura militar, sobressaindo o planejamento tecnocrático no Estado liberal; iii) Com a abertura política e ao exterior, é possível perceber uma permanência do planejamento como campo de disputa, chegando, nos anos 1990, com a reforma do Estado no Brasil levada a cabo por forças neoliberais, quando sobressai a disputa entre as ideias do planejamento normativo/tradicional, planejamento estratégico e planejamento participativo/social; iv) Nos anos 2000, com a mudança de

governo, o planejamento da educação caminha entre permanências e rupturas, com a tensão Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – Plano Nacional de Educação (PNE).

Planejamento no campo da educação: em busca de uma síntese

Em um exame a respeito das diferentes concepções teóricas, apreendemos, então, dois grandes tipos explícitos de intencionalidades/racionalidades, em tensões/disputa, por comportarem possibilidades de conservação ou de transformação social.

Em uma concepção conservadora, Uribe Rivera (1995, p.15) aponta que “a legitimidade dos planos (apoiada nas normas e valores dos grupos sociais) é mais importante que a possibilidade técnica de realização, e que a viabilidade política dos mesmos (esta última concebida no contexto de uma visão funcional do poder).” Isto é, para essa perspectiva, as questões no campo da educação são mais técnicas do que políticas, o que coaduna com a conservação da estrutura societária vigente, incidindo o planejamento em aspectos gerenciais, não político-sociais.

O planejamento em uma concepção transformadora e comprometido socialmente, materializado com a participação engajada das pessoas na ação de planejar, sobretudo a educação, nos possibilita acreditar que, contrário à visão conservadora, o planejamento pode proporcionar um movimento de desalienação. Nesses meandros, Saviani (2014, p. 6-8) destaca a necessária e continua intencionalidade coletiva “para que o sistema [de educação] permaneça vivo e não degenere em simples estrutura burocratizando-se”. Assim sendo, entende ser necessário ter presente que “há diferentes tipos de racionalidade” e, por conseguinte, compreendê-las.

Conclusões

Nesse contexto de distintas racionalidades/intencionalidades, tradições, características, discursos e práticas de planejamento no campo da educação, faz-se necessário estabelecer alguns critérios que permitam distingui-las. Algumas concepções, com objetivos apenas imediatos instituem mudanças periféricas e quantitativas no sistema educacional, sem questioná-lo. Outras colocam em causa e reconfiguram o sistema educacional vigente de acordo com as finalidades, as quais constituem parâmetros para avaliar a relevância da mudança pretendida.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.org.br>. Acesso em: 26/09/2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FONSECA, Marília. Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas de governo e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília (Orgs). **Política e planejamento educacional no Brasil do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

LAGARES, Rosilene. Organização da educação municipal no Tocantins: entre a conservação de redes e o processo de institucionalização efetiva de sistemas. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Educação (UFG/FE), Goiás, Goiânia, 2007.

LIMA; Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katalysis**. Florianópolis v. 10 n. esp., 2007.p. 37-45 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>

SANDER, Benno. **Políticas públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/1999. p. 119-136. Disponível em <https://www.cedes.unicamp.br>

SOUSA, Adaires Rodrigues. Política Pública de Planejamento da Educação Municipal no Tocantins em face do Plano Nacional de Educação 2014-2024: processos, resultados e disputas de intencionalidades. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Tocantins, 2015.

URIBE RIVIERA, Francisco Javier. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.